



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**  
**Comissão de Graduação**

Avenida dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP  
CEP 09210-580 · Fone: (11) 4996.7910/7983  
gabinete.prograd@ufabc.edu.br

**Ata nº 011/2017/Ordinária/CG**

1 Ata da XI reunião ordinária da Comissão de Graduação (CG), convocada para as catorze horas  
2 do dia sete de dezembro de dois mil e dezessete, na sala 312-1 do Bloco A da Universidade  
3 Federal do ABC (UFABC), sita à Avenida dos Estados, 5001, Santo André, SP. A reunião foi  
4 presidida pela professora Paula Ayako Tiba, Pró-Reitora de Graduação, e contou com a presença  
5 dos seguintes membros: Allan Moreira Xavier, Coordenador do Curso de Bacharelado em  
6 Ciência e Tecnologia (BC&T); Alexei Magalhães Veneziani, Vice-Coordenador do Curso de  
7 Bacharelado em Matemática; Amaury Kruehl Budri, Coordenador do Curso de Engenharia de  
8 Informação; Ana Paula Romani, Coordenadora do Curso de Engenharia Biomédica; Antonio  
9 Eduardo Gonçalves, Representante Discente; Breno Arsioli Moura, Coordenador do Curso de  
10 Licenciatura em Física; Claudia Celeste Celestino de Paula Santos, Vice-Coordenadora do Curso  
11 de Engenharia Aeroespacial; Daniel Scodeler Raimundo, Coordenador do Curso de Engenharia  
12 de Materiais; Deonete Rodrigues Nagy, Representante Técnico-Administrativo Suplente;  
13 Fernanda Graziella Cardoso, Coordenadora do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas;  
14 Francisco José Brabo Bezerra, Coordenador do Curso de Licenciatura em Matemática; Gabriel  
15 Valim Alcoba Ruiz, Representante Técnico-Administrativo; Giselle Cerchiaro, Coordenadora do  
16 Curso de Bacharelado em Química; Harki Tanaka, Diretor do Centro de Engenharia, Modelagem  
17 e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); José Roberto Tálamo, Coordenador do Curso de  
18 Engenharia de Gestão; Luiz Antonio Celiberto Júnior, Vice-Coordenador do Curso de  
19 Engenharia de Instrumentação, Automação e Robótica; Marcelo Bussotti Reyes, Diretor do  
20 Marcelo Salvador Caetano, do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC);  
21 Coordenador do Curso de Bacharelado em Neurociência; Márcio Katsumi Oikawa, Coordenador  
22 do Curso de Bacharelado em Ciência da Computação; Marco Antonio Bueno Filho,  
23 Coordenador do Curso de Licenciatura em Química; Marcos Vinícius Pó, Coordenador do  
24 Bacharelado em Ciências e Humanidades (BC&H); Maria Luiza Levi Pahim, Vice-  
25 Coordenadora do Curso de Bacharelado em Políticas Públicas; Otto Muller Patrão de Oliveira,  
26 Coordenador do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas; Paula Homem de Mello, Vice-  
27 Diretora do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Reynaldo Palacios Bereche,  
28 Coordenador do Curso de Engenharia de Energia; Tatiana Berringer de Assumpção,  
29 Coordenadora do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais; Vanessa Lucena Empinotti,  
30 Vice-Coordenadora do Curso de Bacharelado em Planejamento Territorial; Victor Ximenes  
31 Marques, Vice-Coordenador do Curso de Bacharelado em Filosofia. **Ausência justificada:**  
32 Eduardo Peres Novais de Sá, Vice-Coordenador do Curso de Bacharelado em Física. **Ausências:**  
33 Gabriel de Oliveira Santos Ishiara, Representante Discente; Marília Mello Pisani, Coordenadora  
34 do Curso de Licenciatura em Filosofia. Melissa Cristina Pereira Graciosa, Coordenadora do  
35 Curso de Engenharia Ambiental e Urbana. **Não votantes:** André Sarto Polo, Vice-Coordenador  
36 do Curso de Bacharelado em Química; Antonio Garrido Gallego, Vice-Coordenador do Curso de  
37 Engenharia de Energia; Antônio Gil Vicente de Brum, docente do CECS; João Pereira do Carmo  
38 Filho, Administrador da Propladi; Leonardo José Steil, Pró-Reitor Adjunto de Graduação;  
39 Leonel de Miranda Sampaio, Economista da Propladi; Mônica Schroder, Vice-Coordenadora do



40 Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas; Otto Muller Patrão de Oliveira, Representante  
41 do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas; Pedro Gali Mercadante, Vice-Coordenador do  
42 Curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T); Raphael Yokoingawa de Camargo,  
43 Vice-Diretor do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Vitor Emanuel  
44 Marchetti Ferraz Júnior, Pró-Reitor de Planejamento. **Apoio administrativo:** M. Aparecida O.  
45 Ferreira e Marcelo Sartori Ferreira, Secretários Executivos; Ana Carolina Estevão, Estagiária em  
46 Secretariado Executivo. Professora Paula Tiba cumprimentou a todos e deu início à sessão às  
47 catorze horas e oito minutos. **Informes da Presidência:** 1) Boas-vindas a novos membros. A  
48 Presidente deu boas-vindas aos novos diretores e coordenadores: Direção CCNH: Ronei Miotto e  
49 Paula Homem de Mello; Direção CECS: Harki Tanaka e Maria Gabriela Silva Martins Cunha  
50 Marinho; Direção CMCC: Marcelo Bussotti Reyes e Raphael Yokoingawa de Camargo;  
51 Bacharelado em Física: André Gustavo Scagliusi Landulfo e Eduardo Peres Novais de Sá;  
52 Engenharia de Energia: Reynaldo Palacios Bereche e Antônio Garrido Gallego; Engenharia de  
53 Gestão: José Roberto Tálamo e Fernando Gasi. 2) Planilha de transição e convalidações.  
54 Agradeceu aos coordenadores pelo trabalho em conjunto com as servidoras Deonete e Luana  
55 Fuziy, a fim de atualizar as planilhas de transição e convalidações para implantação no SIGAA.  
56 É necessário ainda finalizar esse trabalho, sem o qual não é possível inserir o módulo de estágio  
57 no SIGAA. Pediu às coordenações que ainda não o finalizaram que o fizessem tão breve fosse  
58 possível. 3) Alocação das disciplinas 2018. Professora Vânia Trombini Hernandez,  
59 Coordenadora Geral dos Bacharelados Interdisciplinares, enviará cronograma para a alocação. A  
60 primeira proposta de horário é a que foi enviada aos coordenadores. Está sendo verificada com o  
61 NTI a possibilidade de fazer diretamente no sistema. É importante já ter alocação estabelecida e  
62 finalizar o quadrimestre dois e três para enviar a carga didática total à Reitoria, cumprindo a  
63 Resolução CONSEPE nº 100. 4) Apresentação da Matriz OCC – Andifes. Passou a palavra ao  
64 professor Vitor Marchetti para apresentação da matriz OCC – Andifes, a qual regula a dotação  
65 orçamentária de custeio das IFES. O professor agradeceu o convite da professora Paula. Disse  
66 que havia um conceito de que a UFABC não recebia recursos da matriz Andifes e que, na  
67 realidade, a Instituição sempre esteve nessa matriz, mas com particularidades. A UFABC era  
68 classificada, em muitos critérios, como universidade nova e, como tal, recebia orçamento de  
69 universidade recém-criada, mais uma complementação de orçamento pelo MEC. Este ano é o  
70 primeiro em que a UFABC teve recurso somente pela matriz Andifes, sendo um dos motivos da  
71 escassez de recursos orçamentários. A matriz OCC é o conjunto de métodos utilizados pelo  
72 MEC e pela Andifes para alocação de recursos orçamentários. Passou a palavra ao servidor João  
73 do Carmo, que apresentou o cálculo do “aluno equivalente”, que é o principal indicador utilizado  
74 para fins de análise dos custos de manutenção das IFES, referente ao orçamento de custeio e  
75 capital (OCC) e o índice de qualidade e produtividade (IQP). Definiu a matriz OCC (outros,  
76 custeio e capital) como sendo um instrumento de distribuição de recursos para as universidades  
77 federais, destinado a outras despesas correntes (sem pessoal e benefícios) e de capital. Passou a  
78 palavra ao servidor Leonel, que apresentou o histórico da matriz OCC. Professor Vitor  
79 complementou que há um crescimento grande de custeio para 2018, devido ao aumento do  
80 número de alunos que integralizaram os cursos. No entanto, haverá ainda um impacto negativo  
81 no orçamento, porque não haverá complementação do MEC. João explicou que a matriz  
82 considera valores relativos a informações de dois anos anteriores ao vigente. A partir de 2019 o  
83 valor recebido pela UFABC baixará, devido à média obtida pelas informações. Explicou a  
84 “Fórmula para Cálculo de Aluno Equivalente”: Cursos consolidados de graduação; Cursos de  
85 graduação novos são os que têm menos de dez anos de funcionamento. Citou os cursos que, pela  
86 nova matriz, dependerão muito de alunos formados para conseguir orçamento na matriz de curso

87 novo. Na Matriz OCC de 2019, dezoito dos vinte e sete cursos de graduação deixarão de ser  
88 considerados cursos novos. Reforçou que uma variante para esse cálculo de extrema importância  
89 é a quantidade de alunos que integralizam um curso de graduação e o tempo da integralização,  
90 ou seja, quanto tempo a universidade reteve o aluno. Professor Alexei perguntou se, com a  
91 aprovação do curso de Licenciatura Interdisciplinar, as vagas do BC&T seriam transferidas para  
92 o curso de LI. João do Carmo respondeu que seria essa a mudança a ocorrer. Apresentou uma  
93 simulação de Aluno Equivalente do cálculo de 2015-2016. Leonel ressaltou que o peso maior,  
94 nesse cálculo, é o número de matrículas. Com os novos cálculos, com a alteração devida à  
95 mudança na fórmula de curso consolidado, com mais de dez anos de funcionamento, o peso  
96 maior recai para os critérios de integralização/evasão. Professora Paula Tiba concluiu que, sobre  
97 a questão dos pesos na fórmula de aluno equivalente, o quanto antes o aluno integralizar o BI,  
98 antes de integralizar um curso de formação específica, melhor, e agora que se vai entrar no novo  
99 cálculo, em que vale mais a integralização, é preciso verificar ações que visam garantir o  
100 cumprimento dos prazos. Agradeceu ao professor Vitor e aos servidores da ProPlaDI pelas  
101 explicações. 5) Retirada de pauta dos itens 3 e 4 do Expediente. Professora Paula Tiba informou  
102 sobre a retirada de pauta dos itens 3 e 4 do Expediente, por solicitação dos proponentes, e que  
103 retornarão na próxima sessão ordinária. **Informes dos Membros:** 1) Professor Marcelo Reyes  
104 informou sobre a inauguração de um novo acervo na Biblioteca. O destaque do acervo é a  
105 coleção de livros científicos sobre Matemática doada por Chaim Samuel Hönig, professor titular  
106 da Universidade de São Paulo (USP). As obras integravam a biblioteca particular do matemático  
107 de 91 anos e reúne nove mil volumes de diversos idiomas, dentre os quais Português, Inglês,  
108 Francês, Alemão e Russo. Com graduação em 1949 e doutorado em 1952 pela USP, ele foi o  
109 idealizador do primeiro Colóquio Brasileiro de Matemática, um dos fundadores e primeiro  
110 presidente da Sociedade Brasileira de Matemática. No mesmo dia da reunião, 7 de dezembro, foi  
111 prestada homenagem ao Professor Chaim, que ofereceu sua biblioteca pessoal à UFABC, num  
112 total de 12.000 livros. 2) Professor Alexei informou que houve demanda para abertura de mais  
113 turmas de duas disciplinas: Álgebra Linear e Cálculo Numérico. Comunicou que o curso de  
114 Bacharelado em Matemática está conseguindo abrir turmas e atender a todas as demandas. 3)  
115 Professora Tatiana informou sobre o evento a ser realizado na presente data, no auditório 112:  
116 “Desmontando o ensino superior, a ciência, tecnologia e inovação: um balanço das ações do  
117 atual governo federal”. É um evento importante, dados os acontecimentos recentes na UFMG.  
118 Comporão a mesa a deputada Margarida Salomão e a presidente da Sociedade Brasileira para o  
119 Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader. 4) A representante técnico-administrativa Deonete  
120 falou em nome da Divisão Acadêmica, colocando-se à disposição dos coordenadores em relação  
121 à vida acadêmica, alocação didática, PPC. Informou as funções da DAC: equivalência,  
122 atividades complementares, alocação didática e PPC, juntamente com a Assessoria de Assuntos  
123 Estratégicos. A DAC fornece suporte à Pró-Reitoria de Graduação e aos coordenadores e,  
124 pontualmente, atendem-se alguns alunos. A atividade principal é com as coordenações.  
125 Professora Paula complementou que cabe aos Centros a responsabilidade sobre os cursos de  
126 formação específica, dando-lhes apoio acadêmico e administrativo. **Ordem do Dia:** 1) Ata nº  
127 008/2017 da VIII sessão ordinária, realizada nos dias 28 de setembro e 5 de outubro de 2017.  
128 Sem manifestações e em votação, o documento foi aprovado com quatro abstenções. 2) Ata nº  
129 009/2017 da IX sessão ordinária, realizada no dia 19 de outubro de 2017. Sem manifestações  
130 e em votação, o documento foi aprovado com cinco abstenções. 3) Ata nº 003/2017 da III sessão  
131 extraordinária, realizada no dia 16 de novembro de 2017. Sem manifestações e em votação, o  
132 documento foi aprovado com quatro abstenções. **Expediente:** 1) Calendários CG 2018.  
133 Professora Paula Tiba apresentou os calendários, informando que foram elaborados em conjunto



134 com a Divisão de Conselhos, para evitar coincidência de datas e o período de recesso. Deonete  
135 solicitou a dilatação do tempo para 15 dias entre o prazo limite para recebimento de sugestões e  
136 o envio de pauta; e entre este e a data da sessão. Professora Paula explicou que o tempo entre o  
137 prazo limite para sugestões e envio de pauta foi aumentado, para as reuniões extraordinárias,  
138 visto o volume de informações relativas a alterações em projetos pedagógicos. Com relação às  
139 sessões ordinárias, ampliar muito o prazo prejudicaria o fluxo de aprovação e encaminhamentos  
140 dos itens, tanto para a sessão seguinte da CG, como para encaminhamentos aos Conselhos  
141 Superiores. Além disso, a proposta de calendário das sessões ordinárias foi baseada nos  
142 calendários desses conselhos e da Comissão de Vagas. Salientou que na sessão extraordinária  
143 que tratará de alterações em projetos pedagógicos também serão discutidos os resultados gerais,  
144 diagnósticos e planos estratégicos, baseados no processo de avaliação de disciplinas. Professor  
145 Márcio solicitou adiar a data do prazo para envio de material à sessão extraordinária de  
146 alterações em disciplinas, pois a data 22 de fevereiro seria muito adiantada, devido ao início de  
147 quadrimestre, ingresso e férias de professores. Professora Paula Tiba consentiu em elaborar novo  
148 prazo. Contudo, seria possível trazer nova proposta de calendário de sessões extraordinárias  
149 somente na primeira sessão ordinária de 2018. Informou aos coordenadores que, caso perdessem  
150 o prazo de envio de sugestões para a sessão extraordinária sobre alterações de disciplinas,  
151 poderiam enviar as propostas de alterações em disciplinas à pauta da sessão extraordinária sobre  
152 alterações em projetos pedagógicos. Sugeriu promover o item para a ordem do dia, sendo sua  
153 sugestão aprovada por unanimidade. Na ordem do dia, perguntou se alguém secundaria a  
154 proposta da servidora Deonete, de dilatação de tempo, referida anteriormente, sendo secundada a  
155 proposta. Colocadas as propostas em votação, a proposta original do calendário de sessões  
156 ordinárias 2018 da Comissão de Graduação foi aprovada com vinte e dois votos favoráveis; a  
157 proposta da servidora Deonete não foi aprovada, tendo recebido dois votos favoráveis e uma  
158 abstenção. 2) Proposta de Resolução CG que define o Estudo Dirigido, como modalidade de  
159 oferta de disciplinas, e estabelece diretrizes mínimas para sua utilização. Professora Paula Tiba  
160 lembrou que a proposta foi resultado de um GT estabelecido para avaliar o Estudo Dirigido e  
161 regular, se possível, seu uso. Professor Antônio Gil explicou o que seria o Estudo Dirigido:  
162 “Compreende-se o Estudo Dirigido como modalidade de oferta de disciplinas dos cursos de  
163 graduação de formação específica, que envolve um docente responsável e um ou mais alunos de  
164 graduação, sendo solicitado por esse docente, credenciado ao curso em questão, de forma  
165 voluntária e, por ter caráter voluntário, sem que o docente obtenha créditos de ensino pela  
166 disciplina oferecida nesta modalidade. O GT foi convidado a criar uma proposta de resolução.  
167 Primeiramente votaram se continuaria essa modalidade na UFABC e, por meio dos NDEs,  
168 opinou-se sobre o ED, chegando-se a um ponto comum. Os cursos têm opiniões diversas sobre  
169 ED”. Apresentou a proposta de resolução, explicando como deve ser solicitado: “O Estudo  
170 Dirigido deverá ser solicitado por docente credenciado ao curso específico em questão, via plano  
171 de ensino, analisado e aprovado pela coordenação do curso, via colegiado ou sua plenária.”  
172 Lembrou que essa proposta se originou após ter sido solicitada pesquisa sobre estudo dirigido  
173 pela CG e terem sido consultados os Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos acerca desse  
174 assunto. Salientou que, considerando a heterogeneidade das respostas dos NDEs sobre o uso de  
175 Estudo Dirigido como modalidade de oferta de disciplinas, a proposta deixa a critério de cada  
176 curso a utilização ou não do Estudo Dirigido. Professor Márcio fez os seguintes apontamentos:  
177 1) os cursos não ofertam disciplina, só a Direção de Centro e a Prograd; 2) Não incluir na regra  
178 que os BIs pudessem ofertar disciplinas também nessa modalidade, pois parece ir contra o  
179 Projeto Pedagógico da Universidade; 3) no Art. 3º, sugeriu não haver opção: ou coordenação ou  
180 plenária. Professor Alexei observou que a oferta de disciplinas dos BIs não seguem as mesmas

181 regras que a dos cursos de formação específica, pois aquelas têm oferta regular e mais frequente,  
182 nem essa modalidade se configura em oferta regular. No Art. 1º, parágrafo 2º, considerando que  
183 pode haver as licenciaturas interdisciplinares, foi escrito “curso de entrada” e não se mencionou  
184 o BC&T e o BC&H. Professor Tálamo observou que o Estudo Dirigido não é utilizado para  
185 progressão funcional. Opinou que a responsabilidade sobre o processo de ensino-aprendizagem,  
186 nessa modalidade, recai mais sobre o professor do que sobre o discente. Vai surgir pressão de  
187 discentes para haver oferta dessa modalidade. Disse não ser a favor da proposta. Deonete opinou  
188 que: 1) de fato não poderia caber somente ao coordenador autorizar a oferta de Estudo Dirigido;  
189 2) a oferta deveria ser permitida caso um docente aceite ministrá-la, independentemente de  
190 autorização da coordenação ou plenária. Professor Marcelo Caetano questionou se, no Art. 3º,  
191 poderia ser aprovado via coordenação ou plenária ou se deveria partir do princípio da boa fé.  
192 Sugeriu deixar a cargo da coordenação do curso, e se esta achar conveniente, encaminhar à  
193 plenária. Professor Antônio Gil salientou ser necessário encaminhar à plenária, tirando a  
194 responsabilidade total do coordenador. Professora Paula Tiba sugeriu alterar “colegiado” por  
195 “coordenação”, pois na UFABC não existe a figura do “colegiado”. Professor Alexei salientou  
196 que, segundo a proposta apresentada, os cursos têm autonomia para decidir se seria possível  
197 ofertar disciplinas nessa modalidade ou não. Professor Marcos Pó teceu as seguintes  
198 observações: 1) no Art. 3º, atribuir a autorização da oferta à coordenação e não à plenária, pois  
199 esta se reúne esporadicamente; 2) no Art. 2º, que fosse incluída a instância “plenária” e retirada a  
200 “coordenação”; 3) quanto à utilização do estudo dirigido em relação aos BIs, não são todas as  
201 disciplinas que têm oferta durante o ano no BC&H, por exemplo; também, havendo mudança no  
202 PPC, disciplinas deixam de ser oferecidas. Estudo Dirigido poderia estar ligado à convalidação  
203 de disciplinas. Opinou não se vedar o uso pelos BIs. Professor Allan observou que o aluno pode  
204 estar matriculado no BI e integralizando os créditos do curso de formação específica, então a  
205 oferta deste influenciaria na integralização do BI; ressaltou que o estudo dirigido pudesse ser um  
206 instrumento para auxiliar os alunos, como os que estão em processo de desligamento. Sugeriu  
207 manter aberta a possibilidade dessa oferta para os BIs. Professor Marco Antônio observou que,  
208 segundo a Resolução ConsEPE nº 74, não está definido o colegiado; sugeriu coordenação de  
209 curso e ressaltou ser esta formada por vários representantes, não somente coordenador e vice.  
210 Professor Breno questionou se a decisão do curso em adotar ou não a oferta de estudo dirigido  
211 seria periódica. Caso não fosse aprovada pela Coordenação, se caberia recurso de uma  
212 solicitação. Questionou, ainda, se a solicitação de estudo dirigido poderia ocorrer em qualquer  
213 tempo ou se haveria prazos. Professora Celeste perguntou como o professor vai saber se a  
214 motivação do aluno é válida. Professor Antônio Gil respondeu que o professor pode se negar e o  
215 curso pode estabelecer critérios para a solicitação. Professor Leonardo Steil sugeriu mencionar  
216 como disposição transitória, na próxima revisão do PPC, quais os critérios para a solicitação de  
217 estudo dirigido e quais as disciplinas permitidas nessa modalidade. Professora Paula Mello  
218 concordou em inserir disposição transitória, pois orientaria tanto os alunos, como os professores.  
219 Sugeriu deixar claro que se refere a tratamento esporádico, a critério da coordenação do curso.  
220 Professor Amaury opinou que, à medida que os alunos finalizam o quadrimestre, começam a  
221 procurar estágio; seria alternativa para resolver problemas de alunos que têm ótimo desempenho  
222 e não conseguem cursar determinada disciplina por falta de turma. Professor Antônio Gil  
223 recomendou que se mantivesse o Estudo Dirigido como exceção. É fundamental que a oferta  
224 nessa modalidade seja de trabalho voluntário e que o aluno o mereça. Quanto a ampliar a oferta  
225 nessa modalidade para disciplinas dos BIs, foi favorável, conquanto se estabeleçam critérios.  
226 Professor Alexei concordou com o estabelecimento de regras mínimas na Resolução e que a  
227 Coordenação, via plenária, regulamente a oferta de acordo com cada curso. Professor Breno se



228 preocupou com as disciplinas comuns serem ofertadas nessa modalidade. Professora Paula Tiba  
229 afirmou que se deve avaliar a oferta de disciplinas comuns no momento em que o curso fizer a  
230 regulamentação. Professor Antônio Gil retomou a sugestão de que esses regulamentos, emitidos  
231 pelos cursos, fossem provisórios até a próxima revisão de seus PPCs, nas quais deverão constar  
232 as regras de oferecimento nessa modalidade, se os cursos optarem por tal. Professor Leonardo  
233 avisou que, na próxima revisão, deve ser obrigatório inserir no PPC. Os cursos deveriam emitir  
234 portaria, enquanto não constar no Projeto. Deonete sugeriu partilhar os pareceres dos NDEs com  
235 os outros cursos. Professora Paula Tiba informou que serão enviados os pareceres às outras  
236 coordenações. Retomou os destaques: 1) quanto à disciplina compartilhada, mencionar que se  
237 trata de uma situação esporádica, o que seria melhor que o termo “excepcional”; 2) inserir a  
238 disposição transitória sobre a próxima revisão dos projetos pedagógicos e mencionar as regras  
239 específicas dos cursos; enquanto o acréscimo aos PPCs não ocorrer, será normatizada a questão  
240 por meio de portaria; 3) manter a possibilidade da oferta de Estudo Dirigido aos BIs, ou seja,  
241 retirar as partes que restringem essa questão; 4) no Art. 2º, a definição fica a critério da plenária;  
242 enquanto que, no Art. 3º, a questão da aprovação fica com a coordenação do curso. Sem mais  
243 comentários ou sugestões, encaminhou a proposta à ordem do dia da próxima sessão, com as  
244 alterações citadas. 3) Projeto de execução das disciplinas Fenômenos Mecânicos, Térmicos e  
245 Eletromagnéticos para o biênio 2018 e 2019. Retirado de pauta, a pedido da área demandante. 4)  
246 Relatório GT Avaliação de disciplinas. Retirado de pauta, a pedido da área demandante. 5)  
247 Discussão sobre inserção de matrizes curriculares distintas para os cursos do noturno x matutino.  
248 Professora Paula Tiba explicou que, em termos de regulação junto ao MEC, é exigido que o PPC  
249 tenha uma matriz, distribuída ao longo dos períodos. Existe uma confusão sobre esta questão na  
250 UFABC, pois se entende que a matriz é sugerida ao aluno, mas ela deve constar no PPC  
251 obrigatoriamente. As disciplinas devem ser ofertadas de acordo com a matriz presente do PPC. O  
252 aluno opta se cursa ou não naqueles quadrimestres. Alguns cursos optaram por não seguir a  
253 mesma distribuição das disciplinas no noturno. Com isso, no PPC há só uma matriz, mas nestes  
254 casos a oferta não a segue. Parte dessa discussão surgiu na apresentação da revisão do PPC do  
255 curso de Bacharelado em Ciências Biológicas, há alguns anos. Naquele momento, foi sugerido  
256 prolongar a integralização do noturno. Essa proposta foi encaminhada ao ConsEPE e voltou à  
257 CG. Ao fim, foi mantido o mesmo tempo de integralização para o matutino e noturno, com a  
258 mesma matriz. Considerou difícil discutir matrizes diferentes para o período matutino e noturno  
259 sem discutir que o tempo de integralização pudesse ser distinto entre os períodos. Perguntou se  
260 se mantém a discussão de ampliar tempo de integralização ou apenas se discute a oferta diversa  
261 entre matutino e noturno. Quanto à regulação do MEC, haveria menos impacto mudar apenas a  
262 grade, mas manter o tempo de integralização igual para os dois períodos. Se mudar tempo de  
263 integralização, deverá haver mudanças mais drásticas no PPC e em seu reconhecimento pelo  
264 MEC. Professor Marcos Pó questionou se cursos receberiam um bônus orçamentário por ter  
265 duração maior. Professora Paula Tiba respondeu que os cursos não o receberiam por ter tempo  
266 de integralização maior, mas sim por serem ofertados no período noturno. O período noturno, em  
267 geral, tem esse tempo maior. Um dos argumentos do professor Tomioka é, se o aluno não  
268 conseguir cursar uma disciplina num quadrimestre num dado período, ele poderia cursá-la no  
269 quadrimestre seguinte. No entanto, é válido, mas não para todos os cursos, como aqueles com  
270 disciplinas mais concorridas. Deonete alertou que, se um aluno cursa disciplinas num  
271 determinado horário, mas consegue estágio no mesmo horário, existe por regulamentação a  
272 possibilidade de trocar o turno daquelas disciplinas. Se não há oferta da mesma disciplina à  
273 noite, o aluno deve trancar o quadrimestre ou perder o estágio. Professor Allan sugeriu que a  
274 discussão para tempo de integralização fosse colocada em pauta. Um dos problemas da



275 Universidade é o processo de desligamento por decurso de tempo de integralização, visto que  
276 muitos discentes não o conseguem por questões de estágio ou trabalho. Professor Amaury  
277 considerou que o horário das 19h às 23h é extremamente prejudicial aos alunos, sobretudo  
278 acerca de locomoção e transporte urbano. Professor Antônio Gil opinou que seria mais adequado  
279 discutir uma matriz diferenciada para o período noturno, conquanto estivesse atrelada ao  
280 aumento do tempo de integralização. Professora Paula Tiba informou que este assunto seria  
281 discutido novamente no próximo ano e levado ao ConsEPE. Esgotados os assuntos da pauta,  
282 professora Paula Tiba encerrou a sessão às dezesseis horas e trinta e seis minutos, cuja ata foi  
283 lavrada por nós, Edna Maria de Oliveira Loureiro, Assistente em Administração, e Marcelo Sartori  
284 Ferreira, Secretário Executivo, e aprovada pela Pró-Reitora de Graduação, professora Paula Ayako  
285 Tiba, e pelos demais presentes à sessão.-----

**Paula Ayako Tiba**  
Pró-Reitora de Graduação

**Edna Maria de Oliveira Loureiro**  
Assistente em Administração

**Marcelo Sartori Ferreira**  
Secretário Executivo